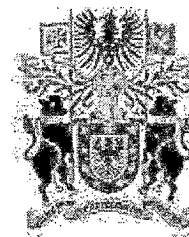




Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Representação Parlamentar
do PCP Açores



Exma. Senhora Presidente
da Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores:

N/ref: 058/ RPPCP/XI/2017
Data: 26 de Janeiro de 2017
Assunto: Apresentação de Requerimento

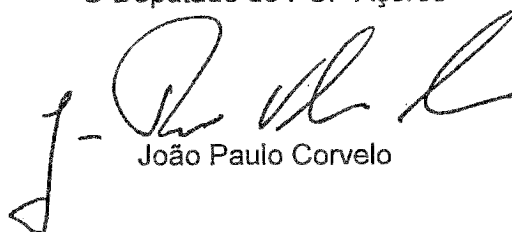
Exma. Senhora:

Ao abrigo do artigo 182º do Regimento da Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Representação Parlamentar do PCP apresenta o Requerimento anexo ao presente ofício.

Com os melhores cumprimentos,

26 de Janeiro de 2017

O Deputado do PCP Açores


João Paulo Corvelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	291 Proc. n.º 54.04.06
Data:	01/01/2017 N.º 74/XI

Requerimento

A exigência de habilitação específica para os aplicadores de produtos fito farmacêuticos que, conforme estabelecido no nº1 do artigo 18º da Lei 26/2013, de 11 de Abril, se tornou obrigatória a partir do dia 26 de Novembro de 2015, colocou novas exigências aos agricultores da Região. Assim, hoje, todos os agricultores necessitam de ter um curso de formação para a compra e aplicação de produtos fito-farmacêuticos nas suas explorações agrícolas.

As novas regras, que se aplicam a todos os utilizadores profissionais destes produtos, em explorações agrícolas e florestais, visam criar as condições para minimizar os riscos da sua utilização para o ambiente e para a saúde, salvaguardando também a saúde dos consumidores e prestigiando os nossos produtos do ponto de vista da qualidade alimentar.

No entanto verifica-se que nalgumas ilhas, como por exemplo na ilha do Pico, existe um grande atraso nestas acções de formação, o que deixou muitas centenas de agricultores sem a qualificação necessária para a aquisição e aplicação de produtos fito-farmacêuticos a partir de 31 de Maio de 2016, data em que terminou o regime transitório que permitia que a apresentação da inscrição em curso apropriado fosse suficiente para a aquisição e aplicação destes produtos.

Para além do mais, na ilha do Pico, é relatado que estes cursos implicam um custo para o agricultor, ao contrário do que acontece noutras ilhas, como por exemplo na ilha das Flores, onde os cursos são ministrados gratuitamente pelos técnicos dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, o que, a confirmar-se, constitui uma desigualdade incompreensível.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita ao Governo Regional as seguintes informações:

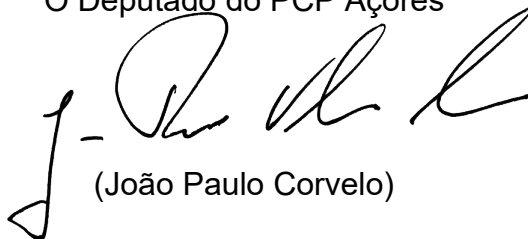
Quantos candidatos estão inscritos em cursos de formação de aplicador de produtos fito-farmacêuticos na ilha do Pico?

Quantos destes cursos de formação estão previstos que se realizem este ano na ilha do Pico?

Confirma o Governo Regional que, na ilha do Pico, estas formações têm um custo para os agricultores? E, em caso afirmativo, o que explica a diferença em relação à prática noutras ilhas? Está o Governo Regional disponível para assegurar gratuitamente os cursos necessários aos agricultores da ilha do Pico?

26 de Janeiro de 2017

O Deputado do PCP Açores

A handwritten signature in black ink, which appears to be 'João Paulo Corvelo', is written over a faint, larger version of the same signature. Below the signature is the name '(João Paulo Corvelo)' in a standard black font.